

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Conciliar não é esquecer



A despolitização das Forças Armadas e a responsabilização do Estado pelos mortos e desaparecidos na ditadura são duas formas, sem revanchismos, de cicatrizar as feridas de 1964

Há 60 anos, os brasileiros são convocados a tráfegar entre dois caminhos igualmente desconfortáveis em relação ao golpe militar de 1964. De um lado, a apologia inconveniente de quem celebra o “movimento revolucionário”, tentando preservar a visão do golpe como uma vitória da vontade geral do povo, das Forças Armadas e da liberdade contra o radicalismo. De outro lado, a defesa da reparação pelas atrocidades promovidas por agentes da repressão naqueles anos. No primeiro grupo, persiste o

medo de se verem vítimas de revanchismos, algo que seria contrário, segundo militares, à conciliação prevista na Lei da Anistia de 1979 – mantida desde então e sacramentada, em 2010, pelo Supremo Tribunal Federal. No outro, o temor de que o passado fique no passado e de que o País permaneça sob uma suposta tutela militar. Entre ambos, uma desconfiança mútua que só atrapalha a esperança de que possam seguir adiante. Sem traumas, medos ou dívidas do passado.

Já passou da hora de um melhor ajuste com a história, necessidade am-

pliada com as sequelas deixadas pelo 8 de Janeiro. As investigações já demonstraram a inegável convivência e até mesmo entusiasmo de alguns militares com o golpismo bolsonarista. Se é verdade que não se pode julgar as Forças Armadas pelo comportamento de alguns poucos, estimulados nos últimos anos por Jair Bolsonaro – um mau militar, como qualificou o general Ernesto Geisel –, também é verdade que o bolsonarismo intoxicou os quartéis com a fumaça do golpismo. Em meio às tensões que persistem desde a transição para o mandato do presidente Lula da Silva, parece haver hoje uma evidente disposição do atual comando militar com a democracia e a pacificação, retribuída por Lula ao evitar transformar a data de aniversário do golpe em ato de governo. A palavra de ordem mútua é um providencial silêncio.

É preciso, porém, mais do que silêncio e moderação. Cabe ao comando militar o urgentíssimo trabalho de despolitização das Forças Armadas – parte delas dragada pelo espírito extremista e golpista de Bolsonaro, uma liderança vocacionada a fazer o que foi impedido ao ser defenestrado do Exército em 1988: insuflar a baderna, tratar adversários com truculência e demonstrar seu desprezo pela Constituição. O cumprimento de seu papel constitucional dentro do regime democrático é péssimo negócio tanto para as instituições militares quanto para o País. Contra isso, revoguem-se as interpretações excêntricas sobre o artigo 142 da Constituição – as Forças Armadas não são um poder moderador da Repú-

blica, como defendeu o brevíssimo golpista da extrema direita. Convém ainda frear qualquer ímpeto de militares que desejam misturar a vida nos quartéis com a política e aceitar a ideia de que o Brasil não cicatrizará as feridas deixadas pelo regime militar sem confrontar-se com o passado.

Eis por que é imperativo que o presidente Lula reabra a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, importantíssima para levar o Estado brasileiro a ser responsabilizado pela contumaz violação de direitos humanos por seus agentes durante a ditadura militar. Criada em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a comissão se destina a reconhecer oficialmente pessoas que morreram ou desapareceram por sua atuação política durante a ditadura militar, permitindo, por exemplo, a emissão de atestados de óbito, a localização de corpos e a reparação por meio de indenizações. A comissão foi extinta por Bolsonaro nos estertores de seu mandato, mas Lula tem a oportunidade de reparar tal erro.

Assim como conciliação e anistia não significam esquecimento, memória e justiça não levam à revanche. Esse reconhecimento duplo de qualquer democrata, seja civil ou militar, é fundamental para que o País possa se debruçar com maturidade sobre um momento crucial de sua história. É, esse sim, o caminho adequado para a exata compreensão da responsabilidade do Estado pela morte presumida de cidadãos que estavam sob sua custódia e para pôr fim à longa noite que ainda assombra e divide o País. ●

Mais do que uma banda podre

A associação do crime organizado com agentes públicos, escancarada pelas investigações sobre a morte de Marielle, pode servir de inspiração para mudar o modelo de polícia no Brasil

Crise gravíssimas, seguidas de grande clamor popular, costumam ser más conselheiras, sobretudo quando resultam em pressão na distribuição de responsabilidades e na exigência de respostas rápidas à indignação nacional. Mas podem também, como no caso das investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, converter-se numa oportunidade providencial para mudanças inadiáveis. Reformar as polícias é uma dessas mudanças. No caso do Rio de Janeiro em particular, convém não só assegurar mais eficiência para uma instituição que reconhecidamente vem falhando no dever de garantir mais segurança pública e menos violência, como também construir os diques de contenção do crime e seu avanço inaceitável sobre a es-

trutura estatal.

Um dos nomes centrais do crime, como se sabe agora, teria sido o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da área de Homicídios e posteriormente de toda a Polícia Civil fluminense e o principal responsável pela investigação do caso na esfera estadual. O relatório da PF acusa o delegado de ter colocado a corporação à disposição de milicianos, bicheiros e políticos dispostos a pagar caro pela sua omissão e pela proteção do jogo do bicho e das milícias – a mutação sombria da parcela criminoso da polícia. Também teria exercido o papel de “planejador” da ação executada por Ronnie Lessa e Elcio Queiroz.

Barbosa é o quarto chefe de polícia do Rio afastado e preso por acusação de envolvimento com o crime. Em 2008 foram Álvaro Lins, preso por corrup-

ção, lavagem de dinheiro e organização criminosa, e Ricardo Hallack, por corrupção, formação de quadrilha e também lavagem de dinheiro. Em 2022, foi a vez de Allan Turnowski, por suspeita de organização criminosa e envolvimento com o jogo do bicho. Nos anos 1990, tornou-se célebre a expressão “banda podre da polícia”, cunhada pelo delegado Hélio Luz, então chefe da Polícia Civil fluminense, para definir a simbiose entre o crime organizado e policiais que deveriam combatê-lo.

No passado, agentes públicos criminosos trabalhavam em favor do tráfico de drogas. Hoje, como se constata, além do tráfico, policiais se imiscuíram também nos negócios das milícias e do jogo do bicho, incluindo a disputa por territórios, o controle da regularização de ocupações ilegais e dos serviços, no comércio e no voto das comunidades do Rio. Nada disso seria possível sem a devida participação de políticos, a omissão de integrantes do Ministério Público e a cumplicidade de juizes e desembargadores.

A longevidade das crises e a extensão desse Estado paralelo e indissociável do crime justificam mudanças. A natureza e a profundidade dessas mudanças podem ser debatidas e detalhadas num indispensável debate democrático, mas não restam dúvidas de que o modelo atual é absolutamente disfuncional. Não faltará ceticismo, o que é com-

preensível, pois promover reformas de instituições policiais requer lideranças políticas comprometidas com mudanças reais e núcleos do alto comando das corporações igualmente dispostos a isso – e hoje quem deveria ser essa liderança parece ser parte do problema.

Apesar da gravidade, não se trata de um caminho sem volta. A repercussão e o choque podem inspirar o impulso reformador, a fim de termos nas polícias o que delas se espera: capacidade de afastar, de maneira contínua, policiais corruptos ou excessivamente violentos; ter gestores bem formados com capacidade para implementar procedimentos sólidos que possam ser supervisionados e revisados frequentemente; garantir planejamento estratégico para a atuação territorial e abordagens policiais; promover integração entre as duas polícias (Civil e Militar); investigar o envolvimento de policiais com corrupção e morte; e, enfim, descobrir e explicar por que investigações são sabotadas.

A mudança pode começar com um pacto contra a impunidade. Um levantamento recente do Instituto Sou da Paz mostrou que o País esclarece somente 35% dos homicídios dolosos (quando há intenção de matar). O Rio, ora vemos, é o Estado brasileiro com a menor taxa de esclarecimento dos crimes contra a vida. São dois dados que dizem quase tanto quanto o perverso enredo que levou Marielle à morte. ●